

PERO DE MAGALHÃES GANDAVO E A ÉTICA ULTRAMARINA PORTUGUESA NA TERRA DE SANTA CRUZ

Guilherme Amaral Luz¹

RESUMO: Este artigo trata dos objetivos da escrita do texto *Tratado da Terra do Brasil* (c. 1570) e da *História da Província de Santa Cruz* (1576), de Pero de Magalhães Gandavo, em função do momento histórico do Império português. O intuito será perceber como uma ética mais ampla de relacionamento dos portugueses com as diversas partes de seu Império ultramarino é proposta por Gandavo à luz das circunstâncias da colonização portuguesa na América. Para isso, serão analisadas características de sua escrita histórica no horizonte das preocupações a respeito dos valores coloniais que se reafirmam naquele momento.

PALAVRAS-CHAVES: Pero de Magalhães Gandavo. Historiografia Humanista. Império Ultramarino Português quinhentista.

ABSTRACT: This article deals with the ethical, political implications of the writings: *Treatise on Brazilian land* (c. 1570) and *History of the province of the Holy Cross* (1576), by Pero de Magalhães Gandavo. Its intention is to show that the circumstances of the Portuguese colonization of America are used in these texts to advocate in favour of an ethics valid for the whole Portuguese maritime empire in its relationship with the native inhabitants of lands they conquered. To do so, some of the main textual characteristics of these historical writings will be analysed as proper rhetorical strategies to defend some of the Portuguese colonial values in the 16th century.

¹ Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (INHIS-UFU) e doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

KEYWORDS: Pero de Magalhães Gandavo. Humanist Historiography. Portuguese Maritime Empire (16th century).

O texto *Tratado da Terra do Brasil e a História da Província de Santa Cruz*², de Pero de Magalhães Gandavo, escritos entre aproximadamente as décadas de 1560 e 1570, são conhecidos como as mais importantes “crônicas” da colonização portuguesa da América.³ Apesar disso, para além da utilização dos mesmos como “fontes” de informação sobre a História da América portuguesa, poucos trabalhos têm-se proposto a analisá-los no que diz respeito aos seus intuítos retórico e políticos e formas de “ver” a situação colonial.⁴ Este artigo trata dos objetivos da escrita

² Para este trabalho utilizamos a seguinte edição das obras: GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil - História da Província de Santa Cruz*, Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. Originalmente, apenas a *História* foi editada ainda no século XVI, em 1576.

³ Aplicado a textos bastante diferenciados entre si, escritos nos séculos XVI, XVII e XVIII sobre a América portuguesa, o termo “crônica” é bastante impreciso, não configurando um gênero em particular, mas um conjunto de gêneros que incluem corografias, histórias, narrativas de viagens, crônicas propriamente ditas etc. A denominação é fruto de uma perspectiva historiográfica positivista, que forjou o termo como forma de diferenciar esses textos da escrita histórica “científica” que passa a se desenvolver a partir do século XIX. Sob o rótulo de crônica, os textos de Gandavo circularam, no século XIX, em coletâneas como a coleção *Voyages, relatifes et memoire originaux pour servir à l’Histoire de la découverte de Amérique*, editada por Ternaux-Compans em 1837, lado a lado com textos de características bem diferentes como os escritos por Hans Staden e Cabeza de Vaca. Outras edições dos textos de Gandavo passaram a circular no século XIX, a primeira edição de seu *Tratado da Terra do Brasil* saiu em 1826, impressa pela Academia Real de Ciências de Lisboa. A *História da Província de Santa Cruz*, por sua vez, foi publicada em 1858 na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Na virada do século XIX para o XX, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia publicaram as duas obras em conjunto em edição única, versão que, até hoje, tem-se disponível no mercado editorial, depois de várias edições e reimpressões.

desse dois textos, em função do momento histórico do Império português. O intuito será perceber como uma ética mais ampla de relacionamento dos portugueses com as diversas partes de seu Império ultramarino é proposta por Gandavo à luz das circunstâncias da colonização portuguesa na América. Para isso, serão analisadas características de sua escrita histórica no horizonte das preocupações a respeito dos valores coloniais que se reafirmam quando o Império português se vê em um momento de tensão militar com outros povos na Ásia e na América.

Responsável pela confecção de uma Gramática da língua portuguesa do século XVI, editado, tal como seus congêneres, conjuntamente com um diálogo sobre a elegância da língua vernácula⁵, Gandavo era um humanista conhecedor do Latim e com provável domínio do Grego.⁶ Além de ser um latinista, Gandavo era um funcionário de Estado prestigiado nos ambientes da corte de Portugal quinhentista, o que fica sugerido, por um lado, por sua nomeação ao cargo de Provedor-mor do Brasil no Governo Geral de Mem de Sá, que não se sabe se ele chegou a ocupar⁷ e, por outro, pela forma

⁴ Uma das gratas exceções em meio ao silêncio sobre os textos de Gandavo é o artigo de Andréa Daher, que compara a escrita de Gandavo à de Claude d'Abbeville, sugerindo particularidades na forma de os franceses se relacionarem com o universo americano em contraposição à portuguesa. Ver: DAHER, Andréa. "Relatos franceses e histórias portuguesas: os exemplos de Claude d'Abbeville e de Pero Magalhães Gandavo". In: *Varia História*, pp. 25 - 40, Setembro de 1996.

⁵ A edição mais recente do guia é: GANDAVO, Pero de Magalhães. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa: com um diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. Introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Reprodução facsimilada da 1ª ed. - Lisboa: António Gonçalves, 1574.

⁶ Vale lembrar que, em Portugal, no século XVI, o estudo do grego clássico estava atrelado ao do Latim. Ver: PINHO, Sebastião Tavares de. "Les études de Grec à l'Université de Coimbra (XVIe. Siècle)". In: *L'Humanisme Portugais et l'Europe - Actes du XXIe. Colloque international d'études humanistes (Tours, 3 - 13 Juillet, 1978)*, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1984. pp. 87 - 109.

elegante, humilde e discreta que ele se apresenta aos leitores da *História da Província de Santa Cruz*; pela adequação de sua dedicatória a Lionis Pereira e por ter incluído, na abertura da sua edição, versos de Luís de Camões.⁸ Essas poucas informações sobre Gandavo são elementos fundamentais para analisar a construção da autoridade expressa na *História da Província de Santa Cruz*, entendida como exemplar de gênero histórico adequado à divulgação dos valores associados à empresa colonizadora da América, nos quadros do Império ultramarino português dos quinhentos.

Na hierarquia do Governo Geral, o cargo de Provedor-mor, que lhe foi atribuído, era de grande responsabilidade. No âmbito colonial, das três funções auxiliares à do Governador Geral – Provedor-mor, Capitão-mor e Ouvidor-geral –, a primeira era a única que se relacionava diretamente com instâncias administrativas metropolitanas, a saber, a “Casa da Índia, Mina e Guiné”, a “Casa dos Contos do Reino” e “Vedores da Fazenda”.⁹ Independentemente de tê-lo ocupado ou não, a sua nomeação para o cargo, em um momento de valorização estratégica da colonização do Brasil, demonstra o reconheci-

⁷ Gandavo foi nomeado Provedor-mor em 1565 por D. Sebastião e pode ter exercido o cargo entre aproximadamente 1565 e 1570. Antes disso, ele foi funcionário da Torre do Tombo, onde prestava serviços de transcrição de livros e documentos para a coroa portuguesa e “leitor” de Latim na região entre Douro e Minho. Quanto a ter ocupado ou não o cargo, Capistrano de Abreu sugere que, ao menos, Gandavo tinha conhecimento direto das capitanias de Ilhéus e Bahia, devido às minúcias e a correção de suas descrições, ver: ABREU, Capistrano de. “Introdução”. In: GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* p. 13.

⁸ As ligações entre Gandavo e Camões não são claras, mas sabe-se que o impressor de *História da Província de Santa Cruz*, Antônio Gonçalves, foi também o da edição de 1572 de *Os Lusíadas*.

⁹ Para uma visão breve sobre o cargo de Provedor-mor e a administração colonial no século XVI na América portuguesa, ver: COUTO, Jorge. “Modelos de colonização”. In: *A construção do Brasil. Ameríndios, portugueses e africanos do início do povoamento a finais de quinhentos*, Lisboa: Ed. Cosmos, 1995. pp. 207-235 & “Regimento de Antônio Cardoso de Barros”. In: DIAS, Carlos Malheiro. *História da Colonização portuguesa do Brasil*, v. III, Porto, 1926. pp. 350-353.

mento de Gandavo junto à coroa portuguesa e seus círculos privados. O autor da *História da Província de Santa Cruz* escreve, portanto, como homem público, cidadão honesto e virtuoso capaz de ocupar posições na esfera de poder do Estado. A partir desse lugar de autoridade, Gandavo irá se dirigir a seus “iguais”: homens da corte portuguesa e condutores das políticas do Império ultramarino. Esse lugar torna-se mais visível quando consideramos as formas através das quais se apresenta no Prólogo de sua *História*.

Na sua forma de apresentação ao leitor, Gandavo pratica, em sua *História*, uma *dissimulação honesta* própria do modelo, amplamente difundido nas letras ibéricas quinhentistas e seiscentistas, de cortesão discreto e prudente. Não se pode considerar o texto de Gandavo como voltado a um público “popular” ou associar a casualidade de seu estilo a uma suposta “falta de engenho”. A casualidade deliberada de estilo empregada por Gandavo deve ser vista como decorosa em relação às práticas retóricas e políticas da corte, funcionando como produção de um lugar de autoridade para um relato de “boa fé” e de caráter devoto. Assim, o intuito revelado pelo autor, em sua apresentação, é reforçar o decoro da adoção de uma prosa destituída de grandes ornatos e figuras de elocução, preferindo o *sermo* a *oratio* para conquistar a boa vontade, a atenção e a disposição para apreender o leitor da corte.¹⁰ Isto é, o

¹⁰ Sobre o princípio do discreto nas narrativas históricas cortesãs, ver: SINKEVISQUE, Eduardo. *Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII - Introdução a um debate sobre gênero*, São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado, 2000. pp. 4 - 5. Sobre o modelo do cortesão “discreto”, ver: HANSEN, João Adolfo. “O discreto”. In: NOVAES, Adauto (org.). *Libertinos e Libertários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Para entender o modelo de cortesão da sociedade quinhentista, sugerimos ainda a leitura de CASTIGLIONE, Baldassare. *O Cortesão*, São Paulo: Martins Fontes, 1997. Um livro semelhante ao de Castiglione e emulado a partir dele escrito em Portugal, embora já no século XVII, também ajuda a compreender o lugar das práticas letradas na sociedade de corte, trata-se de LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na Aldeia*, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945.

objetivo retórico de Gandavo é mostrar-se suficientemente “chão” (humilde) em seu estilo, dizendo-se pouco engenhoso e querendo somente falar àqueles que porventura quiserem ter notícia da província de Santa Cruz.¹¹ A suposta falta de engenho é claramente um artifício de *captatio benevolentiae* derivado da *modéstia afetada* ou da tópica de *humildade*. O que está em jogo é a geração de um certo “efeito de naturalidade ou simplicidade”, de modo que os elementos apresentados, descritos ou narrados assemelhem-se mais à verdade do que algo construído pela arte.¹²

A dedicatória da sua *História* a Lionis Pereira, Governador da província de Malaca, em 1567, quando o rei de Achém teria empreendido uma violenta investida contra ela, revela, por sua vez, um conhecimento do autor a respeito de informações sobre o Império português como um todo. Neste momento, chegavam, no reino, notícias sobre a grande hostilidade entre nativos e portugueses, colocando em risco os domínios portugueses no Oriente. Lionis Pereira, como Governador de Málaca, resistira militarmente à investida de Achém, vencendo o exército inimigo mesmo contando com inferioridade numérica, o que lhe revestia de uma imagem de heroísmo, indissociável de valores relativos ao exercício da administração pública, como *prudência*, *moderação*,

¹¹ Ver “Prologo ao Lector”, em: GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* pp. 76 - 77.

¹² O efeito de verossimilhança produzido pelo ocultamento da arte é buscado como modelo de graciosidade para o cortesão, conforme se vê formulado em uma fala de Conde Ludovico em *O Cortesão*, de Castiglione. Diz ele: “[...] é arte verdadeira aquela que não pareça ser arte [...]. Se for descoberta, perde todo o crédito e torna o homem pouco estimado. E lembro-me já ter lido houve alguns antigos oradores excelentes, os quais, dentre outras habilidades, se esforçavam por fazer crer a cada um não possuir nenhum conhecimento de letras; e, dissimulando o saber, mostravam que seus discursos eram elaborados de modo simples e segundo o que lhes sugeriam a natureza e a verdade, menos que o estudo e a arte, a qual, se fosse conhecida, teria provocado dúvidas no espírito do povo, que temeria ser por ela enganado”. (CASTIGLIONE, B. *Op. cit.* p. 42.).

*justiça, e defesa equânime da lei.*¹³ Valores semelhantes aos do Governador de Malaca, na década de 1560, eram atribuídos também ao Governador Geral do Brasil, Mem de Sá, através da correspondência de Nóbrega a autoridades portuguesas (como na sua carta ao ex-Governador Geral Tomé de Sousa, em 1559)¹⁴ e do épico conhecido como *Os feitos de Mem de Sá*, atribuído a Anchieta e editado em 1563.¹⁵

Como Lionis Pereira, Mem de Sá se tornou celebrado, nesses textos, como chefe militar de destacada atuação e administrador público prudente, justo e devoto. É plausível que a escolha de um gênero histórico para tratar da colonização da Província de Santa Cruz, assim como a homenagem a Lionis Pereira, inserida no mesmo impresso, encontrem-se no horizonte do sucesso relativo que as províncias de Málaca e do Brasil representavam no interior do Império português como um todo, em um momento crucial para a conquista das populações nati-

¹³ Sobre a crise do Império Ultramarino Português no oriente na segunda metade do século XVI e sobre a ação de Lionis Pereira em Malaca, ver: CORTESÃO, Jaime. "O Império Português no Oriente". In: *História da expansão portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993. pp. 187 - 207. As "fontes" referidas por Cortesão sobre as várias investidas militares contra os portugueses em Malaca no século XVI, apontam para um juízo a respeito da atitude corrupta dos capitães portugueses. Talvez o historiógrafo que mais o tenha acentuado seja Diogo do Couto, cuja *Década* ainda não havia sido escrita quando Gandavo edita sua *História*. No entanto, o episódio mencionado do qual participara Lionis Pereira, já havia sido comentado por João de Barros nas suas *Décadas* e seria de conhecimento público quando Gandavo publicava a *História*. Assim como Couto, Barros apontaria a imoralidade e a injustiça praticadas pelos portugueses na região como principal incentivo às hostilidades contra uma investida política portuguesa, a princípio, legítima.

¹⁴ NÓBREGA, Manuel da. "A Thomé de Sousa (1559)" In: *Cartas do Brasil (1549 - 1560)*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. pp. 191-219.

¹⁵ ANCHIETA, José de. *De gestis Mendi de Saa*, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997. Edição fac-similar de: Coimbra: Iohannem Aluarum, 1563.

vas. Assim, através da dedicatória, as duas “realidades” são cruzadas em sua exemplaridade, como êmulos de virtudes políticas na condução dos assuntos relativos ao Império Ultramarino. A dedicatória antecipa uma intenção educativa que, engendrada na escrita agradável da história, lançar-se-ia em defesa desses valores. Operando com um modelo de história “mestra da vida”, Gandavo lança-se à exposição tácita de uma ética política capaz de sustentar ou defender a presença portuguesa no ultramar.

Nada há de contraditório entre a casualidade deliberada de estilo e a disposição de Gandavo para defender os valores de condução política do Império Português, expressos na dedicatória de sua *História da Província de Santa Cruz*. O gênero histórico, emulado por Gandavo, tem como uma de suas características tradicionais exatamente a articulação dos feitos do passado (*res gestae*) aos valores universais que engendram. A escrita da história como “descrição com base na experiência”, com vistas ao “não esquecimento” dos feitos dos bárbaros e civilizados, conforme sugere Gandavo em seu Prólogo¹⁶, é um lugar comum deste gênero desde, pelo menos, Heródoto. Isso não exclui, muito pelo contrário, colabora com a sua finalidade de extrair dos acontecimentos, por *extensão*, lições para o futuro, exercendo uma função didática através de *exemplos*.¹⁷ Nesse sentido, a história se aproxima da épica quanto ao seu objetivo axiológico de descobrir nos feitos “o seu móvel superior”, propondo-o “como modelo de virtude heróica”. Difere-se dela, no entanto, pelo modo como a épica opera tal descoberta, através do rigor de uma arte que não

¹⁶ GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* pp. 76-77.

¹⁷ A história exemplar, “mestra da vida”, conforme as preceptivas antigas de Cícero e Quintiliano é que parece ser almejada por Gandavo em seu prólogo. Nele, o autor se diz imitando o ímpeto historiógrafo dos “antigos” (gregos e romanos) dos quais nada escapava à escritura, entendida como vida da memória e atividade humana mais próxima da imortalidade, à qual devem todos almejar. Ver: *id. ibid.*

encobre o engenho do *aedo*.¹⁸ No caso da história, o instrumento dessa descoberta continua sendo a arte (as letras), mas uma arte honestamente dissimulada, através de um “naturalismo” artificioso, expresso na prosa casual e modesta do escritor honesto.

À luz dessas considerações, os versos de Camões que compõem a dedicatória da *História* de Gandavo a Lionis Pereira assumem um sentido bem mais complexo do que o de um mero “adorno estético”, sem maiores pretensões persuasivas junto a um público “discreto”. Sua tópica básica é a das “letras e armas”, explícita na seguinte fórmula: “N’huma mão livros, noutra ferro e aço: / A hua rege e ensina e outra fere / Mais c’o saber se vence que co’o braço”.¹⁹ Na mesma direção, Gandavo escreve em prosa, entregando seu livro ao homenageado: “Ihe nam serà menos aceito o exercício das escrituras que o das armas”.²⁰ Lionis Pereira, neste sentido, não representa somente a si mesmo como pessoa, mas um *exemplo* para autoridades administrativas do Império Ultramarino como um todo, convidadas à leitura atenta daqueles textos capazes de trazer à vista os modelos de virtude que compõem o “móvel superior” dos grandes feitos, associados, por sua vez, aos sucessos militares e às ações bélicas que fazem parte da manutenção e ampliação dos domínios ultramarinos. O *aedo* e o historiógrafo dirigem-se, assim, decorosamente aos chefes militares e políticos do Império Português, alertando-os para a importância do saber letrado para as tomadas de decisões políticas ajuizadas e prudentes.²¹

¹⁸ Ver as considerações de Alcir Pécora sobre a relação entre a arte e os feitos na épica camoniana em: PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros*: novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage, São Paulo: Edusp, 2001. p. 151.

¹⁹ GANDAVO, Pero de Magalhães. Op. cit. pp. 71.

²⁰ *Idem*. p. 75.

²¹ Deve-se assinalar, também, a pouca circulação das edições da *História* de Gandavo devido, provavelmente, às informações estratégicas que continham sobre o Brasil. Hoje, apenas dois exemplares da edição de 1576 restaram,

De maneira geral, o conteúdo do *Tratado* não difere muito do da sua *História*. A diferença mais fundamental refere-se às formas de *captatio benevolentiae* que aparecem na dedicatória e no prólogo da *História* e que não são verificadas no *Tratado*. Essa ausência, a princípio, poderia nos levar a crer na diferença de público ao qual se dirigem os dois textos. Além disso, uma formulação presente no *Tratado* pode levar também ao equívoco de que ele se volta a um público mais amplo que a *História*. Nele, Gandavo escreve uma carta a Dom Henrique dizendo que seu escrito sobre o Brasil tem a serventia “para que nestes Reinos se divulgue sua fertilidade e provoque a muitas pessoas pobres que se vão viver a esta província”.²² Essa formulação, contudo, não basta para que se deduza uma intenção de “popularização” do texto de Gandavo, mas permite que se entenda que a “propaganda” da colonização do Brasil deve produzir, como efeito, a valorização da terra como lugar propício à fixação portuguesa.²³ Parece mais crível entender que o *Tratado* (em manuscrito) já buscava acolhimento junto a um público seletivo e que a sua transformação em *História* (em edição autorizada) se fez como maneira de potencializar os efeitos de adesão do público cortesão.²⁴

uma encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa e a outra da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. É justo, pois, considerar a propriedade de seu público ser seletivo, restrito àqueles que, no contexto de uma política de sigilo do Império português, seria o leitor desejável para a obra.

²² Ver carta de Pero Magalhães Gandavo ao príncipe Dom Henrique, em: *idem*. p. 21.

²³ Note-se que a formulação de Gandavo sugere que o texto visa fazer que as notícias sobre o Brasil sejam divulgadas (por outros...), provocando as pessoas a irem viver na província e não que o próprio texto provocaria nos leitores a inclinação para ir viver no Brasil.

²⁴ O mal entendido de que os textos de Gandavo se valeriam a uma espécie de “propaganda de imigração” dá-se a partir da introdução escrita por Capistrano de Abreu à sua edição das duas obras. Diz ele: “[...] seu projeto se reduz a mostrar as riquezas da terra, os recursos naturais e sociais nela existentes, para excitar as pessoas pobres a virem povoá-la; seus livros são uma propaganda de imigração”. (ABREU, Capistrano de Abreu. “Introdução”. In: *idem*. p. 15. Reforçando nossa hipótese de que o tratado

Ambos os textos de Gandavo são textos de “propaganda”, mas não uma “propaganda” da terra do Brasil voltada ao público popular. Antes, o que o *Tratado* e a *História* buscavam propagar era um modelo de colonização prudente, único capaz de possibilitar o sucesso menos efêmero da fixação portuguesa na terra. Nesse sentido, é que se devem compreender os sentidos políticos inerentes à formulação de Gandavo sobre sua preferência pelo nome de Terra de Santa Cruz ao de Brasil para se referir às possessões portuguesas na América. Diz Gandavo que “[...] mais he destimar, e melhor soa nos ouvidos da gente Christã o nome de hum pao em que se obrou o misterio de nossa redençam que o doutro que nam serve de mais que de tingir pannos ou cousas semelhantes”.²⁵ O nome Terra de Santa Cruz indica um modelo de colonização voltado às finalidades devotas da busca da salvação. O de Brasil sugere um outro modelo, voltado à exploração puramente econômica. Preferir o nome do pau-brasil ao nome da cruz de Cristo é o mesmo que subordinar a finalidade econômica da empresa à religiosa, invertendo uma hierarquia natural segundo a ética colonizadora, de acordo com os princípios da neo-escolástica e do jusnaturalismo.²⁶

Gandavo trata, em sua *História*, da Província de **Santa Cruz**, operando uma seleção daquilo que exemplarmente servirá como modelo de colonização para a América e para o Império como um

também seria voltado a um público de corte, note-se que, no seu prólogo, ainda que mais simples do que o da *História*, Gandavo refere-se aos seus leitores através dos mesmos predicados presentes no prólogo da *História*: “discreto e curioso lector”. (*idem*. p. 22).

²⁵ *Idem*. p. 80.

²⁶ Para uma visão panorâmica das teorias políticas neo-escolásticas, sugerimos: SKINNER, Quentin. “O ressurgimento do tomismo”. In: *As fundações do pensamento político moderno*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp. 414 - 449. Já a respeito da apropriação dessa teoria na formulação ibérica da ética colonizadora e suas transformações ao longo da experiência espanhola e portuguesa na América, sugerimos: PAGDEN, Anthony. *The fall of natural man: the american indian and the origins of comparative ethnology*, Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

todo. A escolha de Gandavo pela “santa cruz” tem como proposta gerar, parafraseando Chaïm Perelman, um aumento de adesão de valores políticos e religiosos sobre a colonização que, tomados isoladamente, não seriam questionáveis do ponto de vista de sua recepção. A função desse aumento de adesão está em evitar que esses valores não prevaleçam quando entram em conflito com outros relativos à questão. Gandavo parece lançar mão de artifícios próprios da retórica epidítica, procurando, “criar uma comunhão em torno de certos valores reconhecidos pelo auditório, valendo-se do conjunto de meios de que a retórica dispõe para amplificar e valorizar”.²⁷ Assim, sua *História* operará à maneira de um diálogo cujas falas antagônicas se fazem implícitas nas sombras daquilo a que se chama a atenção como modelar. Quando aparecem no texto, essas falas antagônicas surgem como espectros demoníacos e monstruosos que anunciam o risco da ruptura com a retidão ética de seu modelo. Essas aparições têm um duplo efeito: em primeiro lugar, o de verossimilhança, pois indicam que a colonização do Brasil é uma obra humana imperfeita e que o Brasil não é um suposto paraíso terreal; em segundo lugar, elas reforçam o objetivo moral do escrito, alertando para a necessidade de se manter fiel aos princípios de colonização defendidos como corretos.

Como exemplo desses antagonismos, gostaríamos de apresentar um, referente ao Capítulo IX da *História da Província de Santa Cruz*, quando Gandavo descreve um “monstro marinho” (Hipupiàra) que se matou na Capitania de São Vicente em 1564. O capítulo em questão divide duas partes bem definidas da *História*: os capítulos referentes às riquezas naturais que, segundo o autor, foram lançadas por Deus naquela terra para que os cristãos se interessassem em ir para lá, levando o conhecimento da fé aos bárbaros; e os capítulos que dizem respeito aos costumes, organização e índole do gentio da América portuguesa. O ponto essencial do capítulo é demonstrar a possibilidade de existência de monstros e

²⁷ PERELMAN, Chaïm. *Tratado da argumentação: a Nova Retórica*, São Paulo: Martins Fontes, 2000. pp. 56-57.

seres demoníacos no Novo Mundo, evitando-se a incredulidade daqueles que não percebem a parcialidade da revelação dos segredos da natureza ao homem.²⁸ O capítulo alerta àqueles que não crêem que, em meio à riqueza natural do Brasil, os seus habitantes poderiam estar vivendo junto à companhia de seres abomináveis, de cuja existência não se pode, por experiência e razão, duvidar. Da promessa de riqueza que a natureza da terra apresenta aos portugueses nos capítulos anteriores, Gandavo move-se na direção da responsabilidade dos cristãos para com os índios, que se afirmará nos capítulos subseqüentes. Nesse momento, é como se Gandavo preparasse um desengano: para alcançar tudo aquilo que a terra promete, há um trabalho a ser feito.

Melhor se compreende a referência de Gandavo aos seres monstruosos e demoníacos que habitariam o Novo Mundo, quando tomamos em conta o lugar-comum da presença efetiva de agentes de satã entre os índios, fomentando-lhes à adoção e à manutenção de hábitos gentílicos que estorvavam seu ingresso na comunidade cristã, como aparece nas correspondências dos missionários jesuítas. Na grande maioria dos casos, a presença do demônio entre os índios serve para demonstrar a necessidade do trabalho missionário e os seus frutos, fazendo crer que a atuação da Companhia de Jesus vinha conquistando espaços que, até então, eram de domínio do diabo.²⁹ Nos textos dramáticos atribuídos

²⁸ Ver: GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* pp. 119-120.

²⁹ Seria inumerável uma listagem das cartas jesuítas em que a presença satânica se faz visível entre os índios, movendo-os à danação através de agentes demoníacos, como poucos exemplos, ver: “Carta que o Padre Antônio Pires escreveu do Brasil, da Capitania de Pernambuco, aos Irmãos da Companhia, de 2 de Agosto de 1551; “Carta do Padre João de Azpilcueta escripta de Porto Seguro a 24 de junho de 1555”& “Carta de Balthazar Fernandes, do Brasil, da Capitania de S. Vicente de Piratininga aos 5 de dezembro de 1567”. In: NAVARRO, A. et alli. *Cartas avulsas*, São Paulo / Belo Horizonte: Editora da Universidade de São Paulo / Itatiaia, 1988. pp. 104; 173-174 & 510-512. Sobre a crença na existência de hordas demoníacas na América colonial, ver: DELUMEAU, J. “Os cultos americanos”. In: *História do medo no Ocidente (1300-1800)*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp. 260-267. Ainda sobre o imaginário a respeito de satã nas terras

a Anchieta, a missão da Companhia de Jesus recorrentemente é representada através de personagens que expulsam demônios e agentes satânicos do convívio com os índios, combatendo práticas como a “cauinagem”, as guerras por vingança, a antropofagia e outros “maus hábitos” defendidos pelas “Santidades” e pelas “Velhas”. Nesse sentido, a Companhia de Jesus representa sua pregação na forma de uma batalha espiritual da cristandade contra os agentes satânicos que atuam no novo mundo.³⁰ A morte de Hipupiàra, através do golpe de espada de um português, como na gravura que ilustra o episódio na *História* de Gandavo, reatualiza essa ética espiritual combativa da colonização a favor da introdução do índio no corpo místico da Igreja (cf. fig. 01).

Considerando que Gandavo, se não ocupou o cargo de Provedor-mor, tenha tido algum contato com a administração colonial, sua adoção de posturas tão próximas às dos jesuítas quanto à colonização do Brasil não é de gerar espanto. Quando Gandavo escrevia, a Companhia de Jesus gozava de grande prestígio político na colônia, então sob o governo-geral de Mem de Sá. Se Gandavo de fato viveu na Bahia entre 1565 e 1570, ocupando uma posição nos quadros da administração, ele certamente conheceu alguns dos principais líderes jesuítas daquele momento,

brasílicas, sugerimos os trabalhos de Laura de Mello e Souza: MELLO E SOUZA, Laura de. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*, São Paulo: Companhia das Letras, 1986 & *Inferno atlântico: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*, São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

³⁰ A estrutura “maniqueísta” dos “autos jesuíticos”, que se expressa na luta dos representantes da fé e do Estado contra demônios que assombram os índios do Brasil, já foi comentada por diversos trabalhos. Sobre o assunto ver: PRADO, D. A. “O Teatro Jesuítico”. In: *Teatro de Anchieta a Alencar*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1993. pp. 15-53; LUZ, G. A. “Coincidentia Oppositorum: uma luta entre colaboradores”. In: *As festas e seus papéis: as representações e dramatizações alegóricas jesuíticas no interior das festas religiosas do Brasil quinhentista*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1999. pp. 114-138 & PISNITCHENKO, O. “Teatro anchietano como representação do teatro jesuíta no Brasil”. In: *A arte de persuadir nos autos religiosos de José de Anchieta*, Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 2004. pp. 39-44.

como o Provincial Pe. Luís da Grã e o Pe. Manuel da Nóbrega, confessor e guia do Governador-geral em seus Exercícios Espirituais. Nesse tempo, Gandavo poderia ter acompanhado de perto o início da implementação da política dos aldeamentos³¹ e as discussões a respeito da tutela e da liberdade dos índios, que culminou com a elaboração da *Monitoria*.³² Se não viveu no Brasil, por outro lado, Gandavo pode ter se valido, em grande medida, de informações dos jesuítas para a escrita de seus textos, já que muitas das suas matérias e da maneira de tratá-las se assemelham às que aparecem na correspondência jesuítica.

Muito mais decisiva, no entanto, que qualquer fator de inclinação pessoal ou política de Gandavo, em relação aos missionários jesuítas, é a sua inserção na ordem teológico-política adequada à sua posição, que não se distingue daquelas em que se encontravam os inácianos. A ética missionária explícita em seus escritos – da qual os “soldados de Cristo” são ícones incontestáveis – é comum nos discursos das autoridades (leigas ou eclesiásticas) pertinentes à conquista ultramarina ibérica. Levar

³¹ A política dos aldeamentos provinha do câmbio da constatação inicial jesuítica sobre a facilidade da conversão dos índios em seu próprio local de convivência social e política para a proposição de um modelo de conversão baseado na disciplinarização dos índios sob a tutela dos inácianos em grandes ajuntamentos de índios. Tal política começa a ser implementada no Governo de Mem de Sá e será formalizada e regulada pela hierarquia jesuítica no final do século XVI. Sobre o assunto, ver: CHAMBOULEYRON, Rafael. “A evangelização do Novo Mundo: o plano do Pe. Manuel da Nóbrega”. In: *Revista de História*, São Paulo, USP, no. 134, 1996. pp. 37 – 47; EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno. Encontros culturais, aventuras teóricas*, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000 & PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*, São Paulo: EdUSP, 1995.

³² A *Monitoria* foi o primeiro corpo constituído de leis do Estado português na América especificamente voltado à regulamentação do trato com os índios do Brasil, para cuja confecção foram ouvidos padres da Companhia de Jesus, sobretudo no espaço da Mesa de Consciência e Ordens. Sobre o assunto ver: EISENBERG, José. “A escravidão voluntária dos índios”. In: *Op. cit.* pp. 125-166.

a luz do Evangelho às trevas do Novo Mundo, instaurando a *polícia* e a vida cristã entre os bárbaros e os selvagens, é, no horizonte teológico dos quinhentos, a grande batalha espiritual a ser levada a cabo pelas coroas católicas ibéricas no outro lado do Atlântico. Essa é a finalidade última da colonização e, logo, aquela que deve servir como princípio para todas as ações.

Além da representação da colonização como batalha espiritual contra o demônio que ronda as populações ameríndias, e da perspectiva ética que subordina os interesses econômicos da posse da terra à missão evangelizadora, o texto de Gandavo mobiliza outras tópicas que se equivalem às dos textos de missionários jesuítas, tais como: o caráter providencial dos descobrimentos portugueses, que figura como sinal da vontade de Deus de ampliar o conhecimento da Revelação aos habitantes do Novo Mundo; a valorização da própria ação missionária dos inacianos, focalizando os “frutos” do labor catequético nos aldeamentos; o reconhecimento da humanidade dos índios, de sua inclinação para o recebimento da fé católica e de seu uso da razão quando vivem na paz e a já comentada condenação das práticas gentílicas dos índios. Também muitas das estratégias discursivas do texto de Gandavo são comuns às cartas jesuíticas, como a descrição das coisas raras capazes de aguçar a curiosidade do leitor cortesão, o maravilhamento com a natureza brasílica em passagens plenas de sinais do providencialismo da descoberta e as já comentadas formas de *captatio benevolentiae* presentes na adoção de um estilo casual e humilde.³³

³³ As principais tópicas e estratégias textuais que conformam a escrita jesuítica em suas correspondências são objetos de trabalhos como: PÉCORA, Alcir. “A arte das cartas jesuíticas do Brasil”. In: *Op. Cit.* pp. 17-68; HANSEN, João Adolfo. “O nu e a luz: cartas jesuíticas do Brasil. Nóbrega, 1549 - 1558”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.º 38, 1995. pp. 87 – 119; LONDOÑO, Fernando Torres. “Escrevendo cartas. Jesuítas, escrita e missão no século XVI”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 22, n.º 43, 2002. pp. 11 – 32 & LUZ, G. A. “Carne humana das cartas: o canibalismo nas cartas dos primeiros jesuítas do Brasil”. In: *Carne Humana: a retórica do canibalismo na América portuguesa quinhentista*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2003. pp. 25-63.

As características apontadas acima permitem aproximar a *História* de Gandavo dos textos jesuíticos e, parcialmente, a permitem afastar de alguns dos exemplares não portugueses (e não católicos) de histórias sobre o Brasil que lhe são contemporâneas, como o de Hans Staden³⁴ e de Jean de Léry.³⁵ Uma breve comparação da escrita de Gandavo com as de historiógrafos protestantes é capaz de evidenciar o peso da orientação teológica em formulações que podem convergir ou divergir naquilo que é mais fundamental para cada uma das éticas cristãs divergentes em relação ao Novo Mundo. Em Léry, por exemplo, não há qualquer sinal de providencialismo na descoberta do Brasil, tampouco é valorizada qualquer forma de ação catequética junto aos índios, entendidos como fadados à danação. Por outro lado, tanto o texto de Staden quanto o de Léry reconhecem a humanidade dos índios, o seu uso da razão quando estão em paz e a presença de demônios entre eles, incitando-os à guerra e à antropofagia. Do mesmo modo, Léry e Staden adotam estratégias de *captatio benevolentiae*, através do discurso casual e humilde. O aspecto de maravilhamento a respeito do Novo Mundo, no entanto, aparece de forma diferenciada nos dois viajantes em relação ao texto de Gandavo. Tanto em Léry quanto em Staden, o maravilhamento se refere mais à atuação da providência divina, sobre seus destinos individuais, do que sobre o fenômeno em si da presença europeia na América. Por último, enquanto os textos de Staden e Léry valorizam substancialmente a autopsia como lugar de autorização da fidedignidade do relato, Gandavo demonstra pouca preocupação neste sentido, não se colocando como voz em primeira pessoa na sua *História*, embora afirme ter sido testemunha ocular daquilo que narra.³⁶

³⁴ STADEN, Hans. *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens*, Rio de Janeiro: Dantes, 1998.

³⁵ LÉRY, Jean de. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil (1578) 2e édition, 1580*. Paris: Librairie Générale Française, 1994.

³⁶ Sobre o texto de Léry, sugerimos: LESTRINGANT, Frank. *Le huguenot et le sauvage*, Paris: Aux Amateurs de Livres, 1990. Sobre o texto de Staden, sugerimos: WHITEHEAD, Neil. "Hans Staden and the cultural politics of cannibalism". In: *The Hispanic American Historical Review* 80: 4, 2000. pp. 721 - 751.

Em suma, se a inserção teológico-política adequada ao universo de Gandavo o faz escrever de maneira similar a de um missionário jesuíta, essa mesma inserção faz de sua escrita bastante distinta daquela que se reconhece no universo “herético” da historiografia protestante sobre o Brasil. Até aqui, no entanto, as diferenças são previsíveis e marcam uma oposição (quase) intransponível. Mais indicativa da particularidade dos ensinamentos da *História da Província de Santa Cruz* para o seu auditório é uma comparação com os escritos, por exemplo, de Gabriel Soares de Sousa que, naquilo que é relativo ao lugar teológico-político da colonização, não destoa, a princípio, do de Gandavo.

Uma comparação dos escritos de Gandavo com os de Gabriel Soares de Sousa³⁷ demonstra uma série de diferenças sutis que operam no campo da ética colonizadora, deixando mais clara a escolha de Gandavo pelo projeto de fixação defendido pelos inacianos. Soares de Sousa também se mostra, em seus escritos, preocupado com o caráter religioso da colonização. Sua ênfase, contudo, é posta na estratégia militar contra “invasores luteranos”, cujo intuito principal seria a defesa da posse da riqueza que a terra promete aos portadores da “verdadeira religião”: os portugueses.³⁸ O caráter “prático” das suas informações, mediadas pela experiência pessoal do colono e pelo recurso à autoridade dos cosmógrafos, busca delinear, em cada porção descrita do território, um binômio capaz de fundamentar um juízo a respeito da potencialidade estratégica da terra: presença de um rio capaz de comportar embarcações e fertilidade e abundância de recursos naturais para edificação de construções e manutenção dos moradores. Quanto à tarefa de conversão, principalmente sob a responsabilidade dos jesuítas, Soares de Sousa não vê mais do que um esforço zeloso, porém, muitas vezes, inútil, dada a brutalidade que atribui aos índios.³⁹ Assim, a tarefa religiosa do Estado portu-

³⁷ SOARES DE SOUSA, Gabriel. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo: Companhia Editora Nacional / Editora da USP, 1971.

³⁸ Ver: *Idem* pp. 351 - 352.

³⁹ Ver: *Idem* p. 70.

guês na colonização teria um caráter essencialmente militarista voltado contra a ameaça protestante de tomar posse das riquezas do Brasil. Em Gandavo, por outro lado, esse caráter militar é secundário, dando primazia à tarefa da conversão do gentio.

Em termos formais, as diferenças entre os textos de Gandavo e Soares de Sousa são ainda mais profundas.⁴⁰ Embora ambos adotem um estilo humilde e utilizem abundantemente o recurso à *modéstia afetada*, as semelhanças entre os dois autores praticamente param por aí. Soares de Sousa raramente se permite aludir passagens de maravilhamento e seu olhar sobre a natureza brasileira focaliza bem mais a utilidade do que a raridade e a curiosidade dos seus elementos. O registro de Soares de Sousa não abre espaços para a contemplação, mantendo-se fiel ao pragmatismo das informações que apresenta. Além disso, não há em Soares de Sousa a pretensão humanista observável na escrita histórica de Gandavo. Antes de deleitar e ensinar, Soares de Sousa pretende oferecer estratégias de fixação na terra. Enquanto o serviço de Gandavo é extrair lições morais a partir da colonização da Terra de Santa Cruz, o de Soares de Sousa é possibilitar o melhor entendimento a respeito das potencialidades do território para a fixação portuguesa nele. Ainda que não haja uma contradição entre essas duas formas de servir, e que ambas sejam complementares do ponto de vista da coroa, as ênfases dos dois autores demonstram posições distintas quanto ao sentido atribuído por eles à colonização.

Capistrano de Abreu, apresentando o estilo de Gandavo em sua *Introdução ao Tratado e à História* de Gandavo, percebeu nele o que chamou de um gosto pelo mistério e referiu-se a Gandavo como “teologista”.⁴¹ Ao nosso ver, tal percepção, muito

⁴⁰ Um estudo bastante interessante sobre as características formais da escrita de Gabriel Soares de Souza é: CEZAR, Temístocles. “Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587)”. In: *História em revista*. UFPel, vol. 6, Dezembro de 2000. pp. 37 - 58.

⁴¹ ABREU, Capistrano de. “Introdução”. In: GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* p. 16.

embora marcada por um positivismo quase incapaz de notar a gravidade desse estilo de Gandavo, pauta-se, sobretudo, na diferença apontada acima entre esse e o de Soares de Sousa. Ao escrever a sua *História*, foi à luz da teologia (marcadamente jesuítica e neo-escolástica) que Gandavo configurou os seus *exemplos*. Dessa forma, os escritos de Gandavo são adequados ao “projeto jesuítico” de colonização, defendendo-o a partir de um lugar externo à hierarquia jesuítica. O que buscamos ressaltar é que, através dos textos de Gandavo, percebe-se a extensão dos princípios missionários como valores mais gerais da colonização que, embora configurem um quase inquestionável valor da conquista portuguesa da América, não exime a necessidade de uma constante defesa contra eventuais reorientações pragmáticas autônomas em relação à obrigação de pregar.

A obrigação de pregar, conforme o que se entende por justo em uma orientação teológica neo-escolástica, é o principal distintivo ético dos textos de Gandavo quando comparados aos seus exemplares contemporâneos congêneres, como os relatos de Staden, Léry ou mesmo Soares de Sousa. As demais diferenças ou decorrem desse princípio, ou referem-se à adoção de registros retóricos mais apropriados aos seus auditórios. Gandavo pode ser pensado, assim, como representativo do humanismo português, altamente afinado com uma matriz teológica aristotélico-tomista.⁴² Sua *Terra de Santa Cruz* é tida como a utopia cristã a ser realizada pelo braço humano português, caso o mesmo não seja desviado para a tentação de tomá-la tão somente como a “terra do pau-brasil”, ou seja, um lugar cheio apenas de riquezas materiais sem qualquer sentido espiritual.

A intenção de Gandavo de divulgar as coisas do Brasil não se dá apenas, portanto, como forma de suprir um suposto desconhe-

⁴² Sobre o Renascimento ibérico e sua matriz aristotélico-tomista, ver: DOMINGUES, B. “Um renascimento e uma modernidade aristotélico-tomista”. In: *Tradição na modernidade e modernidade na tradição: a modernidade ibérica e a Revolução Copernicana*, Rio de Janeiro: COPPE/ UFRJ, 1996. pp. 52-87.

cimento de uma possessão ultramarina portuguesa pouco valorizada nos quadros do Império. A utopia da *Terra de Santa Cruz* visa produzir um efeito semelhante ao do desengano que, quase um século mais tarde, apareceria com muita freqüência nos sermões vieirianos: a saúde do reino de Portugal depende do cumprimento de seu mandato evangelizador, que, uma vez esquecido, compromete a manutenção e a expansão do próprio Império no ultramar.⁴³

A utopia da *Terra de Santa Cruz* ressurgirá em outros escritos posteriores ao de Gandavo. O mais célebre caso é o da *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, editada em 1627. Nele, o historiógrafo franciscano formula a mesma preferência de Gandavo pelo nome *Terra de Santa Cruz* ao de *Brasil*, dizendo que:

O dia que o capitão-mor Pedro Álvares Cabral levantou a cruz [...] era a 3 de maio, quando se celebra a invenção da Santa Cruz em que Cristo Nosso Senhor morreu por nós, e por esta causa pôs o nome à terra que havia descoberta de Santa Cruz e por esta causa foi conhecida muitos anos. Porém, como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder também o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que se tingem panos, que o daquele divino pau, que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da Igreja.⁴⁴

⁴³ Como exemplo, podemos citar uma passagem de Vieira no *Sermão do primeiro domingo da Quaresma*, pregado em Lisboa em 1655, quando o pregador se dirige ao auditório como se Deus falasse a Portugal: “[...] Eu te prometo a restituição de todos os reinos que te pagavam tributo, e a conquista de outros muitos, e mui opulentos desse Novo Mundo, se tu, pois te escolhi para isso, fizeres que ele creia em mim e me adore”. (VIEIRA, Antônio. *Sermões*, vol. 2, Porto: Lello & Irmão, 1907. p.378).

⁴⁴ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500 - 1627)*, SP, Melhoramentos, 1975. p. 15. Comentando este trecho, Laura de Mello e Souza, identificará, como já apontamos acima, um papel do Atlântico no imaginário europeu dos quinhentos e seiscentos: o de ser o do “reino do próprio demo, que, aqui, travará combate encarniçado contra a Cruz e seus cavaleiros”. Ver: MELLO E SOUZA, Laura de. *Op. cit.* p. 26.

O que está em jogo na formulação é o providencialismo da missão evangelizadora portuguesa e de seus descobrimentos ultramarinos; o caráter imperativo da conversão como forma de combate espiritual no Novo Mundo; a dependência do sucesso da colonização ao seu intuito salvífico e a necessidade ética do desengano a respeito do sentido “verdadeiro” e das práticas concretas observáveis nas formas de colonização, em suma, tal utopia serve ao projeto que Laura de Mello e Souza identificou a partir da obra de Gandavo: “corrigir o corpo do Brasil”, ou seja, “afastar as populações do demônio e aproximá-las de Cristo, amansando-as”.⁴⁵ A utopia da *Terra de Santa Cruz* é a de um paraíso a ser (re)construído através da ação política e doutrinária do Estado e da Igreja.

Para Gandavo, a Companhia de Jesus fazia avançar esse processo. Nos seus textos, os índios brasileiros são homens que, movidos pela vingança, vão nus, em bandos, pelejar uns contra os outros desordenadamente, discordes e odiosos. Segundo Gandavo, não haveria outra maneira de fazê-los mais pacíficos a não ser através da doutrina cristã, “com que os Padres da Companhia pouco a pouco os vam amansando”.⁴⁶ A ética da colonização, portanto, seria a do emprego e do ensino da justiça, dos costumes e dos valores de conduta cristã aos não cristãos. A via pacífica desse trabalho é evidente: antes de combater os infiéis, trata-se de pacificá-los, torná-los dóceis, inseri-los no mundo da política pelo convencimento racional e pelos caminhos legítimos das leis naturais e civis, praticando com os índios a modalidade de direito que os neo-tomistas chamavam de *ius gentium*. Sua descrição dos índios recai sempre no mesmo princípio: na paz, eles se governam em justiça, ainda que com poucas noções de hierarquia; na guerra, eles são ferozes, desumanos e frágeis. Cabe aos portugueses governá-los na paz, pois é nela que se vê o demônio mais enfraquecido. Vê-se, aqui, mais um sentido da

⁴⁵ *Idem*. p. 71.

⁴⁶ GANDAVO, Pero de Magalhães. *Op. cit.* p.130.

dedicatória da *História* a Lionis Pereira e da referência à primazia das letras sobre as armas para aqueles que conduzem a colonização: Gandavo deixa sugerido que, nos assuntos do Novo Mundo, vale mais o exercício da política sábia e prudente do que o exercício das armas.

Por essas razões de ordem política, os textos de Gandavo devem ser lidos como, ao mesmo tempo, pragmáticos e místicos, sem que se postule uma partilha natural entre essas esferas. Místicos pela sua ênfase no providencialismo da descoberta, visível nos próprios sinais da vontade divina de lançar os portugueses à tarefa de condução dos seus habitantes ao corpo de Cristo (através de sua introdução como súditos da coroa e fiéis da Igreja romana). Pragmáticos por reconhecerem a necessidade da ação do homem na co-autoria dessa vontade de Deus, que deve dispor de meios justos e prudentes para a realização da tarefa. Tanto o pragmatismo quanto o “misticismo” de Gandavo são apresentados na forma de uma escrita histórica retoricamente orientada para a demonstração de valores éticos, políticos e religiosos através do *exemplo* da Terra de Santa Cruz. Gandavo tem mais a dizer em seus textos, para além de fornecer informações sobre uma desconhecida possessão ultramarina portuguesa em meados do século XVI. Traz à tona muito mais: traz um **juízo prudente** a respeito do próprio sentido do Império português, carregado de valores que, uma vez negligenciados, poderiam comprometer a sua própria existência ou o seu sucesso.

Fig. 1 – Ilustração do monstro “Hipupiàra”, que adorna a primeira edição da *História* de Gandavo:

